



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003426-66.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **Manoel Luiz Cardoso**
Requerido: **RMC Transportes Coletivos LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Existem nos autos duas versões a respeito de como se deu esse episódio.

De um lado, sustentou o autor que parou seu automóvel na Rua Riachuelo, em obediência à sinalização lá existente, e quando iniciou manobra de conversão obrigatória à direita foi abalroado por ônibus da ré.

Alegou que este igualmente estava parado em ponto que há nas proximidades e ao retomar sua trajetória "*fez uma conversão para a esquerda com o objetivo de conseguir espaço para logo em seguida realizar a conversão obrigatória à direita*" (fl. 02, primeiro parágrafo), atingindo então seu automóvel, o qual não foi notado.

De outro lado, a ré destacou que foi o autor quem levou a cabo manobra forçada de ultrapassagem no local dos fatos, batendo a lateral direita de seu veículo contra a lateral esquerda dianteira do ônibus.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Estabelecida a divergência a propósito de como se deram os fatos, nota-se que o autor acostou aos autos o Boletim de Ocorrência lavrado a propósito, no qual, porém, consta somente sua explicação.

Ao longo da instrução, a única testemunha inquirida foi Vagner Rodrigues, que trabalhava como cobrador do ônibus envolvido no acidente, mas que pouco esclareceu sobre ele porque se limitou a referir que teve vez quando o ônibus fazia a conversão.

Não soube informar com precisão se o autor tentou ultrapassar o veículo da ré, até porque sequer tinha visto o automóvel antes do impacto.

A conjugação desses elementos conduz à improcedência da ação.

Com efeito, não foi produzida prova de natureza alguma que respaldasse o relato do autor, não se podendo olvidar que tocava a ele o ônus de demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, na esteira do que prevê o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.

Entretanto, como visto, ele não se desincumbiu desse ônus ao não apresentar sequer indícios que militassem em seu favor.

Registro por oportuno que a visualização das fotografias de fls. 37 não me permite elaborar juízo de convicção seguro sobre a dinâmica fática do que sucedeu.

O motorista da ré pode até ter sido o causador do acidente, mas tal ideia não pode ser afirmada diante da falta de lastro mínimo a ampará-la.

Aliás, nem mesmo a manobra que lhe foi imputada (precisou convergir à esquerda para ato contínuo ingressar na via pública à sua direita) teve sua necessidade configurada.

A pretensão deduzida nesse contexto não há de prosperar.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**